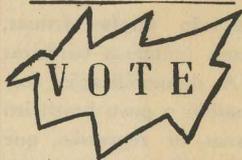


Dias

28 e 29/04



VIRAÇÃO

1982

UFRN

PARA
O
DCE



Diretoria: 1. Christian Vasconcelos/Geologia (Presidência); 2. Joscelito Martins/Direito (Vice-Presidência); 3. Márcio/Medicina (Secretaria Geral); 4. Agripino/Odontologia (2a. Secretaria); 5. Lenita Pinheiro/Fisioterapia (Tesouraria); 6. Ana Marques/Engenharia Química (Imprensa e Divulgação); 7. Petronio Spineli/Medicina (Cultura); 8. Moab Estelito/Química (Esportes); 9. Enilson Araújo/Física (Ensino e Pesquisa); 10. Aninha/Química (Departamento Feminino). Para a Diretoria de Interior, Maria da Penha/Letras/Currais Novos (ausente na foto).

Participe!

A CHAPA VIRAÇÃO quer levar nossa entidade máxima na UFRN a consolidar-se como legítimo instrumento de luta, mobilização e integração. Por isso, apresenta uma proposta de trabalho que, posta em prática, mudará a feição do próprio DCE, tornando-o mais representativo na defesa dos interesses comuns dos estudantes. Pretende que esta proposta sirva, desde já, para dar margem ao amplo debate dos nossos problemas, com vista à escolha da Diretoria da entidade, nos próximos dias 28 e 29/4. E conclama todos os estudantes a participarem ativamente deste processo, que não terminará com a eleição.

Ensino público e gratuito, uma necessidade nacional

Nos últimos dois anos temos sentido mais de perto os reflexos da política educacional em nossa universidade. Os aumentos nos preços das refeições no restaurante universitário tornam-se mais frequentes e abusivos, as verbas destinadas à aquisição de material e equipamentos para laboratórios e aulas práticas encolhem drasticamente, o arrocho salarial imposto aos professores e a precariedade dos recursos didáticos disponíveis fazem com que a qualidade do ensino decaia em função das más condições de trabalho, o autoritarismo é exercido cotidianamente pela administração da UFRN, sendo palpável em casos como a implantação do sistema de avaliação, sem que houvesse um mínimo de discussão, desrespeitando-se, assim todo um setor da comunidade universitária, que se constitui na razão maior da sua existência.

Essa situação de crise, entretanto, não é particular da UFRN. Em todo o Brasil, repetem-se com maior ou menor gravidade todos esses problemas, a eles somando-se a cada vez mais constante ameaça de implantação do ensino pago nas universidades federais.

Um exemplo prático da generalização desse quadro de crise, foi a recente portaria do MEC que aumentou nacionalmente os preços das refeições nos restaurantes universitários. Essa portaria, impondo de forma autoritária um critério de divisão dos estudantes que fazem refeições nos RUs — carentes e não carentes — aumentou para Cr\$ 30,00 (carentes) e Cr\$... 130,00 (não carentes) os preços das refeições, barrando dessa maneira o acesso de milhares de estudantes aos restaurantes. Os estudantes brasileiros acham que todos os que comem nos RUs, o fazem porque necessitam dessa refeição e por isso não aceitam a imposição do critério de carência. Além disso, entendemos que RUs, residências, e outras formas de assistência estudantil, são um direito de todos e um dever do Estado, que arrecada montanhas de dinheiro através dos impostos, e que não pode esquivar-se de suas obrigações para com a Educação. A solução para o problema não é o aumento de taxas e do preço das refeições, mas sim o aumento das verbas destinadas à manutenção dos RUs. Essa foi mais uma tentativa do MEC de, sutilmente, através de medidas esparsas, implantar o ensino pago.

Já na década de 60, os tecnocratas do MEC, juntamente com uma agência do governo norte-americano, tinham o intuito de adequar a educação brasileira ao modelo de desenvolvimento adotado pelo regime militar implantado em 64, e que se caracteriza pela dependência ao grande capital internacional e pela política social de repressão às classes populares, elaboraram vários projetos em relação ao ensino supe-

rior e estes deram base ao que hoje se chama de Reforma Universitária.

Esse projeto pretendia:

— Através da priorização do ensino técnico, formar uma mão de obra especializada na manipulação das tecnologias importadas, vinculando assim a Universidade aos interesses dos grandes grupos econômicos, e desvinculando o ensino superior da nossa realidade.

— Implantar o ensino pago, através da transformação das universidades federais em fundações. Isso desobrigaria o Estado para com a manutenção das universidades, trazendo seu atrelamento direto à grupos econômicos, que passariam a sustentá-las, ou a transferência da manutenção dessas instituições para o bolso dos estudantes, através do pagamento de anuidades e mensalidades.

O MEC já definiu 83 como o ano da implantação do ensino pago através de um documento enviado a todas as universidades federais, no qual propõe a cobrança de anuidades nessas instituições a partir de 83. No meio do ano deverá encerrar-se o prazo para a formulação do modelo jurídico da Universidade e o MEC tentará, mais uma vez, impor a privatização das universidades federais.

Os estudantes sempre foram, e ainda são uma barreira na concretização desses intentos e, por isso o regime militar usou de todos os meios para desmobilizar os estudantes e destruir suas entidades. Após 64 a UNE (União Nacional de Estudantes) foi posta na ilegalidade, as lideranças estudantis sofreram uma repressão sistemática e feroz e nossas entidades de base, os centros acadêmicos, que aglutinavam os estudantes por curso, foram extintas.

Em 79, num congresso realizado em Salvador, era reconstruída a UNE e, desde então, os estudantes têm travado uma luta constante buscando o enraizamento de sua entidade máxima em cada universidade brasileira e seu reconhecimento por parte do MEC. Muitas são as dificuldades no processo de reconstrução e o avanço das

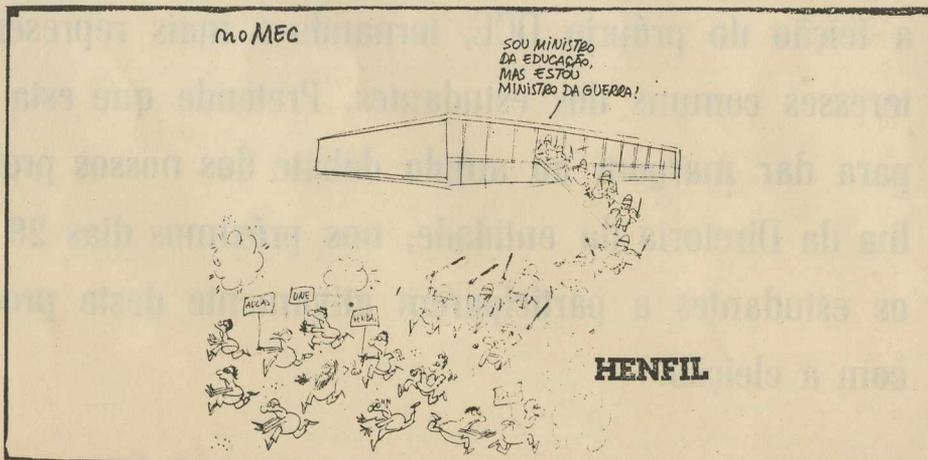
lutas e mobilizações são tarefas árduas, que se defrontam com inúmeras barreiras a serem vencidas. A desmobilização forçada a que foi submetido o povo brasileiro durante muitos anos de repressão, que atingiu em cheio aos estudantes, não é processo fácil de se reverter. Além disso, a identificação da maioria dos estudantes com os chamados «setores médios da população» não possibilitam uma tomada de consciência mais rápida.

Na UFRN, com o ressurgimento do movimento, a partir, principalmente das eleições diretas para o DCE, começamos também a nos mobilizar por nossos direitos.

Desde então, muitos avanços já podem ser notados, como a reconstrução de algumas entidades de base — os centros acadêmicos — e a realização de manifestações massivas. Para nós, a construção e o enraizamento destas entidades no seio dos estudantes ainda são as tarefas fundamentais, e só a partir do seu cumprimento é que teremos um movimento forte e unificado.

As debilidades ainda existentes no movimento local, todavia, têm levado as lideranças estudantis a diversos erros na condução das lutas e mobilizações. Um exemplo claro e concreto da incapacidade de condução do movimento foram as poucas vitórias obtidas na greve do ano passado, que, apesar de toda a disposição de luta demonstrada pelos estudantes, não conseguiu garantir nem 50% das reivindicações levantadas. Isso, na prática, demonstra a existência de encaminhamentos errados na condução das lutas.

A deficiência do funcionamento das diversas diretorias e a falta de uma estrutura de trabalho que propicie uma participação ativa do estudante nas promoções do DCE, aliadas à debilidade das entidades de base existentes, são também falhas que dificultam a transformação do DCE em uma entidade presente no dia a dia estudantil e que precisam ser corrigidas, para que possamos avançar na nossa mobilização e organização.



PELO FIM DA OPRESSÃO

O mundo vive uma situação caracterizada por ameaças de guerra e por sérias convulsões políticas e sociais. A crise econômica mundial atinge pesadamente a grande maioria dos países, em particular aos países atrasados, semicoloniais e dependentes. O aprofundamento dessa crise em que se debate o sistema imperialista gera o agravamento da situação nestes países.

As dívidas dos países dependentes, contraídas a altíssimos juros com o capital financeiro internacional, alcançam cifras da ordem de 500 bilhões de dólares. Os lucros arrancados pelas multinacionais elevam-se de ano para ano. As nações devedoras, deverão entregar aos banqueiros internacionais algo em torno de 8 bilhões de dólares a título de juros, além de outros bilhões de dólares de amortizações, apenas este ano! Estes empréstimos externos vêm se constituindo num poderoso instrumento do imperialismo para subjugar povos e nações.

Tudo isso gera uma situação insuportável para os trabalhadores e as populações oprimidas. Por isso, uma das características do panorama mundial é a luta vigorosa dos povos submetidos à exploração estrangeira, contra o imperialismo e as forças retrógradas e ele vinculadas.

Nesse sentido, consideramos justa a luta dos povos por sua emancipação nacional e social, contra todas as formas de exploração e de opressão a que estejam submetidos.

Enquanto diretoria do DCE, nos propomos a realizar discussões e seminários

sobre a situação internacional, na perspectiva de ampliar o debate e contribuir para o aprofundamento desta visão.

— PELO DIREITO DOS POVOS GERIREM SEUS PRÓPRIOS DESTINOS!
— TODO APOIO À LUTA DE LIBERTAÇÃO DOS POVOS OPRIMIDOS!

A SITUAÇÃO DO BRASIL

Frequentemente encontramos matérias em jornais relacionados com o desemprego, subemprego, carestia, dívida externa, intervenções em sindicatos, prisões e enquadramentos na Lei de Segurança Nacional, expulsões de camponeses de suas terras, etc.

Qual a razão desta verdadeira crise em que se encontra mergulhado o país?

Em primeiro lugar, a manutenção da desastrosa política econômica e social adotada pelo Regime Militar que se instaurou no poder nos últimos 18 anos.

Em segundo lugar, outro fator de agravamento da crise é o monopólio do poder político. O governo militar, após reprimir duramente o povo nos anos mais negros do fascismo, vê-se hoje em crescente situação de isolamento.

Por outro lado, permanecem intactos e sendo empregados o aparato repressivo (órgãos de segurança e informação) e as leis de exceção (Lei Anti-greve, Lei de Segurança Nacional, Lei Falcão, Lei de Imprensa, etc.).

Porém, à medida que avança o movimento popular, exigindo uma participa-

ção mais ativa na condução dos destinos do país, fica mais clara a limitação deste processo. Os limites da abertura vão até onde não atrapalhe as taxas de lucro dos grandes grupos econômicos, como foi o caso da repressão aos operários nas greves de 79 e 80 no ABC.

Por outro lado, apesar dos pacotes e dos casuismos, as eleições de 82 vão se constituir num passo importante na conquista de maiores liberdades para os setores populares. Nesse sentido, a luta pela realização de eleições limpas (sem tais pacotes nem casuismos) é uma tarefa importante para todos os que lutam por uma verdadeira democracia.

A partir deste quadro, coloca-se como de grande importância a luta pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livre, democrática e soberana, sendo uma imposição do momento a luta por amplas liberdades. Por isso, a Constituinte que interessa aos setores populares não é a mesma que interessa às classes dominantes. A ANC que defendemos, deverá ser convocada por um governo democrático e popular, representativo de todos os setores interessados na luta pelo fim do regime militar e que desmantele todo o aparato repressivo, revogando também toda a legislação de exceção, propiciando a mais ampla liberdade de organização e de expressão.

Por fim, temos a Constituinte não como fim, mas como ponto de partida de um caminho onde uma vida e um ensino dignos serão direitos garantidos a todo o povo brasileiro.

Utilizar todos os canais de participação

Uma entidade estudantil deve ser um canal de expressão de todos os estudantes, independentemente de suas concepções políticas, filosóficas e ideológicas. Deve também expressar a opinião de uma maioria, tirada ampla e democraticamente no meio estudantil.

Consideramos como dever primeiro, das entidades estudantis representar bem o conjunto de estudantes, entendendo por representar bem detectar os problemas mais sentidos, investigar as causas destes problemas e saber direcionar as lutas com clareza e firmeza necessárias para a sua boa consecução.

Achamos também que cuidar do esporte, da arte e do lazer são deveres de todas as entidades. O esporte, nas suas mais diversas modalidades; a arte, no seu conjunto; e o lazer, são atividades diárias de muitos estudantes em nossa Universidade. No entanto, é comum a marginalização do esporte em grande parte das nossas entidades, muitas vezes sob o argumento absurdo de que «o esporte é usado pelas Reitorias» ou de que «o pessoal de esporte não se mobiliza». Quanto à arte e o lazer, a imensa maioria das entidades, embora muitas vezes com objetivos louváveis de fortalecer suas tesourarias, ficam apenas na promoção de shows, sem que se estimule os estudantes à prática da arte. E

não é preciso descobrir o reduzido número dos mais diversos grupos artísticos em nossa escola, a maioria dos quais absolutamente ignorados pelas entidades, para se comprovar essa verdade.

É uma concepção atrasada e estreita. Atrasada, porque contribui para o enfraquecimento das entidades, deixa à margem grande número de estudantes que têm na sua atividade principal a arte e o esporte. Estreita, porque não compreende que a política educacional do governo e a política geral do regime prejudicam os estudantes no conjunto de seus interesses e aspirações, não compreendendo ainda que o esporte e a arte são fatores e formas de mobilização geral que podem ser integrados aos interesses gerais dos estudantes por melhores condições de ensino e vivência na Universidade.

Partindo desta compreensão, constatamos na prática a existência de concepções distintas desta nossa atuando no Movimento Estudantil, principalmente ao fazermos uma análise das duas últimas gestões na Diretoria do DCE, onde percebemos como foram desprezados os canais de participação, haja vista a inexistência de um jornal para os estudantes que serviria de instrumento para divulgação e mobilização; o imobilismo nos departamentos de cultura e esporte; o não in-

centivo à discussão de temas científicos, que são exemplos do resultado desastroso da aplicação desta visão errônea.

Temos também de ressaltar a dificuldade encontrada pelas diretorias das entidades estudantis em levar adiante o trabalho cotidiano, dentro da atual estrutura que nos foi imposta pelo regime, através da reforma universitária. Os Diretórios Acadêmicos, que deveriam ser as entidades de base, ou seja, os sustentáculos do Movimento, são, na verdade, mini-DCE's. Em muitas Universidades do país, os DCE's não contam com o número de cursos que possuem algumas «entidades de base» da UFRN. Isto entrava bastante o avanço e o desenvolvimento de nossas lutas, dificultando ou mesmo inviabilizando em alguns casos a mobilização de toda a entidade. Daí defendermos como tarefa urgente a construção de entidades que se situem a nível dos cursos, ou seja, os Centros Acadêmicos ainda não constituídos. Tal construção, entretanto, não deve ser feita sem levar em conta o nível de discussão, conscientização e mobilização dos estudantes.

— POR UM DCE FORTE E COMBATIVO, COM AMPLA PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL!

— TODO APOIO À CONSTRUÇÃO DOS CENTROS ACADÊMICOS!

Propostas de Trabalho

Diretoria de Imprensa e Divulgação

Numa entidade como o DCE, a Diretoria de Imprensa e Divulgação é um elo de ligação entre as entidades de base, o conjunto dos estudantes e a entidade geral, o DCE. Para cumprir este papel, a diretoria deve desenvolver uma intensa atividade na área de imprensa, com a edição de jornais, boletins informativos e textos que venham a ser canais efetivos de divulgação e discussão das lutas, mobilizações e promoções, realizadas pelo conjunto dos estudantes, através suas entidades. Também cabe à diretoria, incentivar a produção de textos por parte dos estudantes, com a promoção de concursos literários, a publicação de coletâneas de textos, estímulo a formação de comissões de imprensa e divulgação, o intercâmbio com estudantes do curso de comunicações, etc.

Levando em conta o programa da chapa, e a importância do trabalho de imprensa e

divulgação para sua implementação, é que nos propomos a publicação bimestral de um jornal.

Nossa proposta de jornal bimestral, leva em conta as diversas dificuldades materiais para a publicação de um jornal com uma maior periodicidade. Tendo em vista essas dificuldades, colocamos como alternativa para as divulgações mais imediatas, tais como convocações para reuniões e assembléias, realizações de promoções, etc., a edição de um boletim quinzenal que viria suprir esse trabalho de divulgação.

Todas essas iniciativas, acreditamos, serão estímulo e suporte para o desenvolvimento do trabalho de imprensa e divulgação, nas entidades estudantis da UFRN (inclusive os campi avançados) e para o avanço de nossas lutas e mobilizações.

Diretoria de Ensino e Pesquisa

Habitamos um país que não tem um sistema educacional definido. Um país no qual a qualidade do ensino deixa muito a desejar, que não estimula a pesquisa, que em sua maior parte é comprometido com interesses desvinculados da maioria da população.

A UFRN, como parte deste contexto, sofre reflexos desta política. senão vejamos: sua estrutura administrativa é autoritária; sua metodologia de ensino envolve os estudantes numa atmosfera de apatia, indiferença e passividade; os projetos de pesquisa são engavetados, por falta de verbas; os estudantes não têm acesso aos grupos de pesquisa, salvo alguns, como meros colaboradores.

Visando uma universidade mais crítica e voltada para os interesses da população, com uma metodologia de ensino ativa e participativa, é que propomos:

— Formar uma comissão de apoio com representantes em cada Centro e/ou curso, quando possível.

— Promover periodicamente seminários sobre ensino, educação e ciência.

— Acompanhar e participar nas lutas dos monitores e bolsistas por melhor remuneração e melhores condições de trabalho.

— Lutar pela formação de núcleos de alunos de licenciatura, para manter intercâmbio com os estudantes secundaristas, através de aulas de preparação ao concurso vestibular, principalmente os de baixa renda.

— Promover periodicamente a exibição de filmes científicos nos diversos centros e campi avançados.

— Promover discussões conjuntas com os professores sobre currículos, metodologia do ensino, sistema de avaliação, condições de ensino, laboratórios, bibliotecas, etc.

— Criar uma agenda catalogando todos os encontros, congressos, seminários e reuniões científicas estudantis, divulgando-os em todos os centros, através de murais e painéis.

Diretoria de Esportes

A UNE, percebendo a importância do esporte e do lazer como fatores de união e integração do conjunto de estudantes, criou, no seu segundo Congresso, em 1938, a CBDU (Confederação Brasileira de Desporto Universitário) e idealizou, no mesmo Congresso, os JUB's (Jogos Universitários Brasileiros), que hoje se encontram totalmente vinculados ao MEC.

A CHAPA VIRARAÇÃO acha que o esporte e o lazer não deve ser relegado a segundo plano e, ao contrário, se propõe a conjuntamente com os estudantes, partir para a realização de torneios, tais como de futebol, basquete, vôlei e demais modalidades, que contém também com a participação dos estudantes dos campi avançados: promover atividades de lazer, como passeios e acampamentos; batalhar conjuntamente com as demais entidades pela aquisição de materiais como totó, sinuca, xadrez, etc.; estreitar o contato com as associações atléticas, para incentivar o máximo a participação estudantil nos JURN's e JUB's e na democratização do esporte.

Diretoria para Assuntos do Interior

Sabemos das imensas dificuldades enfrentadas por nossos colegas do interior, onde a falta de verbas — problema bastante sentido nos Cursos da UFRN em Natal — reflete-se nos campi avançados de forma muito mais grave; onde cursos são abertos sem condições mínimas de funcionamento; onde faltam professores, bibliotecas e laboratórios; e onde a assistência estudantil praticamente inexistente, pois faltam restaurantes e residências universitárias.

Diante deste quadro, colocamos como tarefa prioritária o incentivo à luta pela resolução destes problemas, como achamos fundamental romper com o atual isolamento que atinge também as entidades dos nossos colegas do interior e, para avançarmos neste terreno, propomos a formação de um Conselho de Representantes do Interior, que trabalhe conjuntamente com o DCE e seu Departamento, estreitando o contato com os diversos Diretórios Acadêmicos dos Centros Regionais e identificando e propondo formas de resolução dos problemas mais sentidos.

DIRETORIA DE CULTURA

Desmistificando processos ideológicos como o racismo, e denunciando as injustiças e os abusos de diversas formas de poder, estudando e resguardando os verdadeiros costumes de nosso povo e nunca deixando de criar condições para as verdadeiras mudanças, o artista tem um peso decisivo no processo de construção de uma nova sociedade.

A construção de um trabalho artístico e cultural que venha defender as classes exploradas, e apoiar e difundir os movimentos populares, servindo de apoio à transformação de nossa sociedade, é o que almejamos.

A chapa VIRARAÇÃO vem propor como sua primeira tarefa nesta área, um amplo SEMINÁRIO, onde se discutiria entre outras coisas, sobre:

ARTE e ESTÉTICA; ARTE e POLÍTICA; ARTE e IDEOLOGIA; ARTE e MINORIAS POLÍTICAS; CULTURA POPULAR; O ARTISTA POPULAR, SEUS PROBLEMAS E PERSPECTIVAS; PROJETOS CULTURAIS, ALTERNATIVOS E INDEPENDENTES DO RN.

Como resultado direto do Seminário, seria traçado todo um cronograma de trabalho incluindo shows, apresentações teatrais, musicais, mostra de artes plásticas, serigrafias, etc... Assim como se desenvolveria um Projeto de atuação conjunta entre a população potiguar (principalmente a classe artística), e o DCE, visando o incentivo a elaboração e divulgação dos trabalhos locais.

DEPARTAMENTO FEMININO

Apesar de constituir mais da metade da população do mundo, a mulher tem, em geral, uma participação muito mais restrita nos diversos setores da sociedade. A inferioridade de de um sexo em relação a outro é um mito criado para servir àqueles interessados em explorar a mulher como mão de obra gratuita. Assim sendo, a luta de libertação e emancipação da mulher é uma luta de homens e mulheres contra qualquer sistema de exploração.

Em nossa universidade, a exploração vem sob a forma de discriminação na área de formação e atuação profissional, falta de oportunidades de emprego, desrespeito as disposições legais, etc. Assim, a criação de um departamento feminino não será, como acham alguns, um reforço à discriminação, mas um veículo pelo qual abriremos canais de participação onde lutaremos pelo seu fim.

Destacamos nosso apoio à realização do I Encontro das Mulheres, que se realizará em agosto e às deliberações tiradas no I Encontro da Mulher Natalense, realizado no final do ano passado. Ao mesmo tempo repudiamos as tentativas de divisão do movimento, que pretenderam o aceleramento do processo de construção da Federação Northeriograndense de Mulheres, e visavam tão somente o seu aparelhamento.

Partindo destes pressupostos é que apresentamos as seguintes propostas:

- Lutar pela manutenção e ampliação da creche existente no campus central e instalação de creches nos campi avançados.
- Lutar pelo fim da discriminação profissional nas diversas áreas e cursos abrangidos por nossa universidade.
- Lutar pelo cumprimento da legislação trabalhista em relação à mulher.
- Promover debates sobre a questão da mulher. Todo apoio ao movimento de mulheres e aos diversos movimentos das minorias políticas.